



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIV — N.º 143 — S. PAULO, SETEMBRO DE 1969 — REDAÇÃO: RUA LÍBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — CAIXA POSTAL, 6248

OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA APRESENTA PLATAFORMA

Como repetidas vezes temos afirmado, o Governo de Marcelo Caetano não está cumprindo as promessas que realizou, no sentido de garantir a liberdade necessária nas "eleições" que brevemente se efetuarão no nosso país. Enquanto o Ministro do Interior, ainda em 6 de julho, fazia declarações demagógicas aos jornais, garantindo que estaria assegurada a liberdade de reunião para a preparação das candidaturas, o acesso aos cadernos eleitorais, a igualdade de tratamento dos candidatos, a liberdade dos eleitores e a fiscalização do ato eleitoral, cerca de um mês depois, em 9 de agosto, a Procuradoria Geral da República expediu o seguinte parecer, que dá sem efeito a política

de abertura tão ruidosamente anunciada pelo Ministro:

1.º Não é lícita a existência da Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa ou de outras com idêntica finalidade, independentemente do prévio reconhecimento exigido pelo art. 2.º do Decreto-Lei n.º 39.660, de 20 de maio de 1954.

2.º Aos que dirigirem, administrarem ou participarem na actividade das aludidas associações não reconhecidas são aplicáveis as sanções do artigo 6.º do mesmo diploma, se se verificar o elemento subjectivo da infracção (dolo), e, tratando-se de actividades de natureza subversiva, ainda as sanções do Decreto-Lei n.º 37.447;

3.º Aos promotores e aderentes

a tais associações poderá ainda ser aplicada a medida de segurança do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 40.550, se tiverem natureza comunista; se propuserem actividades subversivas; praticarem crimes contra a segurança do Estado, ou utilizarem o terrorismo como meio de actuação.

Antes desta decisão, as Comissões Eleitorais, em pleno funcionamento, vinham realizando excelente tarefa de esclarecimento do eleitorado, como se verifica pelos documentos que a seguir publicamos e que consubstanciam boa parte do seu trabalho. Foi precisamente esta acção desmistificadora que levou Marcello Caetano a dissolvê-las tomando assim uma medida discriminatória que

deitou por terra toda a sua demagógica liberalização, tão cuidadosamente preparada e tão espalhada aos quatro ventos pela imprensa dos dois lados do Atlântico.

Comunicado da Comissão do Porto

Promovida pela Comissão Eleitoral Democrática do Distrito de Leiria e sob a presidência do dr. Vasco da Gama Fernandes, efectuou-se no dia 15 de Julho, em S. Pedro de Moel, uma reunião pñ-

nária de delegados das comissões democráticas dos distritos do continente e das ilhas adjacentes, na qual participaram mais de uma centena de individualidades, representativas das diversas correntes de opinião política.

Todos os distritos, com excepção de Bragança se fizeram representar por delegados das suas respectivas comissões ou por observadores que participaram activamente nos trabalhos. Estes tiveram por base a apreciação e votação de uma Plataforma de Acção Comum, apresentada pelas comissões democráticas eleitorais dos distritos do Porto e de Leiria, com vista a estabelecer as coordenadas gerais para a participação nas próximas eleições de deputados à Assembleia Nacional. Assim, foi adoptada a seguinte orientação:

QUE TODOS OS DEMOCRATAS EM CADA DISTRITO E NO PAÍS

a) — Se esforcem no sentido de constituir uma frente coesa de oposição ao actual regime, tanto para o período eleitoral, como depois, até à instauração da democracia em Portugal;

b) — Aceitem o princípio da participação no próximo acto eleitoral, incluindo a votação;

c) — Tomem como base de trabalho, na formulação das coordenadas gerais da Campanha Eleitoral, as ideias contidas na Plataforma de Acção Comum apresentada pelas Comissões Democráticas do Porto e de Leiria, e esclareçam continuamente o nosso Povo quanto à demagogia da política seguida pelo Governo;

d) — Em princípio, apresentem candidaturas em todos os Circulos Eleitorais, Metropolitanos, Insulares e Coloniais;

e) — Escolham candidatos tanto quanto possível representativos das correntes de pensamento democrático de cada Circulo Eleitoral;

f) — Elejam candidatos que consubstanciem os anseios do nosso povo e que dêem a garantia de com vigor, competência e dignidade defenderem os pontos de vista e as soluções democráticas;

g) — Efectuem essa escolha com a brevidade possível, como forma de activar a vida política nacional;

h) — Estudem os meios de funcionamento do movimento oposicionista, em ordem a fortalecer o espírito de coesão, sem prejuizo do justo equilíbrio, nem do respeito pela liberdade de decisão de cada Distrito, quanto às suas questões específicas;

i) — Enquanto não funcionar a Assembleia de Candidatos, criem uma Comissão Coordenadora das Actividades Eleitorais no País, e efectuem encontros das Comissões Distritais e de representantes Distritais, se aquelas não existirem;

j) — Trabalhem com celeridade e eficiência, procurando interessar e mobilizar em curto prazo o maior número possível de eleitorais e eleitores.

(Continua na página 2.)

O JOGO SINUOSO DE MARCELO CAETANO

O acto da Procuradoria Geral da República declarando ilegais as comissões democráticas eleitorais não nos surpreendeu. Esperávamos algo parecido ao texto publicado no Diário do Governo de 9 de Agosto, acompanhando o despacho do ministro do Interior que o referendou.

Nunca alimentamos ilusões sobre os planos de Marcelo Caetano relativamente às "eleições" de Outubro. O sucessor de Salazar havia sempre deixado claro que apenas os elementos propensos ao "diálogo" teriam oportunidade de participar no processo eleitoral e de ingressar na ménagerie de São Bento... As regras do jogo seriam ditadas pelo Governo e com elas teriam de se conformar estritamente os candidatos estranhos às fileiras da União Nacional.

As principais exigencias das comissões eleitorais — elaboração de novo recenseamento eleitoral, alteração da lei eleitoral, igualdade de tratamento no tocante a listas, propaganda e acesso aos meios de informação, e garantias de ampla liberdade de esclarecimento da opinião pública — tinham forçosamente de se apresentar como subversivas aos olhos dos detentores do Poder. Não é de estranhar assim a afirmativa oficial de que serão processados todos quantos participarem das comissões eleitorais, doravante encaradas como entidades subversivas.

Que pretende o fascismo? A nota oficial divulgada dias depois pelo Ministério do Interior levanta uma ponta do véu. Preocupado com a repercussão negativa do parecer da Procuradoria Geral da República, o sr. Marcelo Caetano deu instruções ao ministro Rapazote para vir a público com explicações mistificadoras. Estabelecendo subtis diferenças entre o período pre-eleitoral e o período da campanha, a nota fundamenta o acto liberticida num decreto-lei de Abril de 1933. Estamos, portanto, de um lado, diante de um regresso às fontes mais "puras" do fascismo. Mas, por outro lado, deixa-se a porta aberta aos conciliadores. O ministro do Interior insinua que os candidatos dispostos a subordinar tudo à possibilidade do ingresso na Assembleia Nacional fascista terão uma oportunidade.

Seria um erro subestimar o adversário. A decretação da ilegalidade das comissões eleitorais veio confirmar o óbvio: a certeza da fraude marcada para o dia 28 de Outubro. Mas o apêlo aos candidatos para que "não transformem a sua propaganda em incitamento à subversão ou doutrinação revolucionária" não deixará de impressionar certos oposicionistas bem comportados.

Marcelo Caetano agiu, mais uma vez, com habilidade. É significativo que a Agência ANI e várias publicações fascistas venham insistindo nas possibilidades que se oferecem à Oposição de fazer "alguns deputados, talvez duas dezenas". É mais significativo ainda que em certos circulos eleitorais ha-

ja já entendimentos para a inclusão na lista da União Nacional — baptizada de lista única — de um candidato da "oposição". A possibilidade de vir a contar na Assembleia com uma oposição dócil, diríamos mesmo domesticada, é uma perspectiva que seduz o sr. Marcelo Caetano. O chefe do salazarismo sem Salazar avalia com entusiasmo a margem de manobra que essa vitória pessoal lhe proporcionaria.

Condenamos desde a primeira hora o abstencionismo, por considerá-lo prejudicial aos interesses da luta travada pelo povo português. Entendemos que todas as oportunidades oferecidas pelo processo "eleitoral" devem ser integralmente aproveitadas pelas forças democráticas. Mas, no momento em que o inimigo tenta dividir a Oposição, isolando os seus sectores mais combativos, parece-nos fundamental lembrar que o objetivo da batalha em curso não é a entrada na Assembleia fascista de uns quantos deputados, pela mão do sr. Marcelo Caetano, mas sim a luta contra o regime. O Congresso de Aveiro foi um êxito precisamente por nele haver triunfado a tendencia unitária que preconiza uma campanha indissociável da luta do povo português por reivindicações concretas.

Os jornais fascistas já falam, paternalmente, de uma "bancada oposicionista", isto é de gente submissa, bem comportada. Mas o preludio de uma vitória táctica do "liberalizador" é prematuro. Esquecem os escribas caetanistas que para a opinião pública nacional qualquer candidato democrata que viesse a entrar em São Bento pelo preço de uma capitulação não seria mais encarado como oposicionista digno desse nome. A extinção das comissões democráticas eleitorais e as ameaças actuais e futuras do Ministério do Interior podem ter alterado o quadro político, mas não enfraqueceram a determinação dos democratas autênticos de prosseguir no combate em que se acham empenhados. A participação do povo na luta contra o salazarismo sem Salazar assume proporções cada vez maiores. Maio, Junho, Julho e Agosto foram meses assinalados por um ascenso constante das pequenas e grandes batalhas reivindicativas. É preciso que essas lutas prossigam, e se tornem extensivas a todo o território nacional. É indispensável acossar o inimigo de modo permanente, é indispensável que Setembro e sobretudo Outubro sejam uma sucessão ininterrupta de jornadas de combate. O Governo sabe que existem duas Oposições. A dos candidatos que pensam em si mesmos, e a daqueles para quem — a frase é do presidente da União Nacional — "a única saída é a insurreição". Os últimos actos do Governo Caetano vieram confirmar aquilo que proclamamos há anos: não há realmente solução pacífica para o problema português.

A PLATAFORMA DA OPOSIÇÃO

(Continuação da pg. 1)

Com excepção da primeira alínea, que não foi aceita pelos delegados de um sector distrital, todas as restantes mereceram a aprovação unânime das delegações e observadores presentes.

Dentro do espírito de unidade que caracterizou essa reunião, após ampla e esclarecedora troca de informações e de opiniões, resolveu-se:

1. — Considerar a coligação das forças democráticas como o meio mais fecundo de servir os anseios do Povo Português;
2. — Participar, em princípio, no próximo acto eleitoral;
3. — Para tanto, apresentar candidaturas, com a brevidade possível, em todos os Círculos Eleitorais Metropolitanos, Insulares e Ultramarinos;
4. — Reclamar do Governo a cópia dos cadernos eleitorais, a garantia da fiscalização do acto eleitoral, o acesso a todos os meios de informação, incluindo a R.T.P. e a Rádio e a supressão da censura;
5. — Incentivar a constituição ou o alargamento das Comissões Democráticas Eleitorais, nos Distritos, Concelhos e Freguesias;
6. — Nomear uma Comissão Coordenadora da actividade eleitoral;
7. — Apresentar, além das reclamações cívicas, soluções concretas dos problemas nacionais e regionais;
8. — Adoptar, como base de trabalho, a plataforma programática apresentada pelas Comissões do Porto e de Leiria; e
9. — Saudar todos os democratas portugueses, residentes no País ou no estrangeiro, e endereçar uma mensagem de solidariedade à Juventude, legítima e heróicamente representada neste momento, pelos Estudantes Universitários de Coimbra.

Para uma Acção Comum

Tendo em vista a situação política actual da Nação Portuguesa, as eleições legislativas de 1969, a necessidade de prolongar para além delas a acção concreta dos democratas e as conclusões do II Congresso Republicano de Aveiro, formulam-se como princípios e reivindicações essenciais:

A) — NO PLANO POLÍTICO

1. — Exercício efectivo de todas as liberdades fundamentais do artigo 8.º da Constituição Política e da Declaração Universal dos Direitos do Homem para todos os cidadãos portugueses, e, nomeadamente:

- a) — Direito de reunião e de associação;
 - b) — Direito de livre expressão do pensamento e de informação por todos os meios;
 - c) — Extinção da polícia política, dos Tribunais Plenários e das medidas de segurança por delitos de opinião, libertação de todos os presos políticos e reintegração de todos os perseguidos por motivos políticos na plenitude dos seus direitos, livre regresso dos exilados políticos ao país e às suas funções;
 - d) — Direito a habitação condigna;
 - e) — Direito à instrução e à cultura;
 - f) — Direito a condições humanas de vida e de trabalho.
2. — Disputa pela Oposição Democrática das próximas eleições legislativas, aliada à reivindicação permanente da seriedade do acto eleitoral em todas as suas fases pré-eleitorais e eleitorais.

3. — Sólida união de todos os democratas e oposicionistas na base desta plataforma, sem qualquer discriminação entre eles, visando sempre os interesses económicos e sociais e a participação política das mais amplas camadas do Povo Português.

4. — Acção constante de politização de todos os setores da população, com vista a uma maior consciência dos problemas nacionais.

B) — NO PLANO ECONÓMICO:

5. — Combate ao monopolismo e à dominação do capital estrangeiro;
6. — Efectiva melhoria das condições de vida da população, através de um maior desenvolvimento económico e de uma justa distribuição das riquezas, considerando a produção ao serviço do homem e não o homem ao serviço da produção;
7. — Democratização da vida económica, extinguindo-se os entraves corporativos na agricultura, no comércio e na indústria, entraves que funcionam apenas em favor de minorias privilegiadas;
8. — Reforma agrária;
9. — Fomento do cooperativismo;
10. — Nacionalização de todos os Bancos Emissores.

C) — NO PLANO DA CULTURA:

11. — Democratização do ensino e a sua extensão em todos os graus, assegurando-se a sua gratuitidade e a atribuição de pré-salários;
12. — Neutralização política da R.T.P. e E.N. e sua colocação ao serviço da Nação e do direito à informação e à cultura dos portugueses.

D) — NO PLANO DA SAUDE:

13. — Serviços de saúde com os ramos preventivo e curativo perfeitamente interligados, eficientes, generalizados a toda a população e gratuitos;
14. — Humanização do trabalho em todas as profissões, subordinando-se a produtividade aos mais correctos princípios de higiene e segurança;
15. — Solução dos problemas do alojamento e seus complementos, alimentação, repouso, educação física e desportos, orientada no sentido de uma saúde total;
16. — Reforma profunda da assistência e previdência com instituição do seguro social obrigatório.

E) — NO PLANO ADMINISTRATIVO:

17. — Liberdade de associação e acção sindicais, gremiais e estudantis, nomeadamente com direito à greve;
18. — Reforma do ensino e autonomia das Universidades e Associações de Estudantes;
19. — Incremento da investigação científica e tecnológica;
20. — Independência da magistratura judicial e administrativa, com órgãos disciplinares da eleição dos próprios magistrados;
21. — Autonomia e democratização dos organismos da administração regional e local;
22. — Responsabilidade do governo perante a Assembleia Nacional;
23. — Luta contra a corrupção, o tráfico de influências e os grupos de pressão;
24. — Reforma e modernização dos serviços da administração pública.

F) — NO PLANO ULTRAMARINO:

25. — Resolução pacífica e política das guerras do Ultramar, na base do reconhecimento dos direitos dos povos à autodeterminação, precedida de um amplo debate nacional.

G) NO PLANO INTERNACIONAL:

26. Política de boas relações culturais, diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo, sem discriminação e em pé de igualdade;

27. Cooperação leal com a ONU e organismos internacionais a ela ligados.

Porto, junho de 1969.

A Comissão Democrática Eleitoral do Distrito do Porto:

Alberto Elisio Castro Ferreira, Alberto Teixeira de Sousa, Alexandre Ferreira de Barros, António Lobão Vital, Armando Bancelar, Armando Cotta, Avelino Braga, Celso Cunha, Edgar Correia, Flávio Martins, João Arnaldo Mala, Joaquim Felgueiras, Joaquim Nascimento, Joaquim de Sousa e Castro, José Cardoso, José Ferreira da Silva José Salvador, Julio Serêno Cabral, Maurício Ferraz, Papiniano Carlos, Raul Castro, Virginia Moura, Zeferino Coelho.

Assembleia Mundial da Paz Condena o Colonialismo

Os problemas que preocupam a Nação portuguesa e as ameaças que impendem sobre o seu futuro mereceram particular atenção do plenário da Assembleia Mundial da Paz que se reuniu em Berlim, de 21 a 24 de Junho p.p. com a presença de 1100 delegados, representando 101 países.

Numa das suas Resoluções, a Assembleia apela para "a unidade das forças anti-imperialistas e da Paz, no combate necessário à Santa Aliança, aos Estados Unidos, Alemanha Federal e Portugal". O plenário salientou "a grande contribuição que os desertores portugueses dão à luta de libertação" das colónias africanas concluindo pela "necessidade de serem estudadas concretamente as possibilidades de lhes ser prestado auxílio".

Na Comissão de Colonialismo, Neo-colonialismo e Independência dos Povos, Portugal foi brilhantemente representado pela Dra. Maria Luisa da Costa Dias cuja intervenção foi uma das mais aplaudidas. Depois de esboçar o quadro em que se desenvolve o genocídio colonial, com o apoio dos governos da NATO e dos grandes monopólios ocidentais a Dra. Maria Luisa Costa Dias salientou que o militarismo germano-ocidental procura na África novas alianças e novos recursos transformando Portugal numa charneira da sua política revanchista e de ameaça à Paz mundial. Mais adiante, depois de relatar a resistência do povo português e a recusa à mobilização e à partida para as frentes de batalha africana, disse:

Em Portugal, as forças da guerra, para combater as forças da Paz, para perseguir os defensores da liberdade, e da democracia, possuem todas, todas as armas

LUTAS POPULARES

METALÚRGICOS — A grande vitória alcançada nas eleições sindicais pela lista da classe contra a lista governamental continua repercutindo intensamente entre os trabalhadores metalúrgicos. Sabe-se que o ministro das Corporações recebeu a exposição enviada pela classe, mas o silêncio oficial leva a temer a recusa da homologação e a posterior nomeação de uma Comissão Administrativa. Os trabalhadores não confiam nas promessas de normalização sindical feitas por Marcello Caetano e mobilizam-se para a luta, certos de que a classe será tanto mais forte quanto mais unida e organizada se apresentar perante os representantes do poder fascista. No Porto tem circulado um abaixo assinado pedindo a realização de uma Assembleia Geral extraordinária para discussão de um novo contrato colectivo de trabalho.

CARRIS — Os trabalhadores da Carris de Lisboa estão muito gratos pelo relvêo que a imprensa e a rádio dos democratas portugueses no Exterior deram à sua luta. Os programas da Rádio Portugal Livre especialmente eram escutados por centenas de trabalhadores da empresa e constituíram um importante fator de mobilização. De uma das

várias cartas de operários que recebemos a respeito do assunto transcrevemos abaixo uma passagem esclarecedora sobre o prestígio da Rádio Portugal Livre entre o pessoal da Carris: "A R.P.L. fez um comentário sobre o pessoal da Carris e leu grandes extractos da nossa carta que causaram grande contentamento. Ao mesmo tempo ficamos admirados como a R.P.L. sabia tanta coisa e até coisas que nós não sabíamos. Gostávamos de agradecer à R.P.L. a gentileza de ter feito uma emissão sobre a nossa classe, mas não sabemos como. Após essa emissão, logo daí a dias, o tubarão da administração da Carris fez uma declaração à imprensa, amontoando mais umas aldrabices, querendo fazer compreender ao pessoal e ao público que eles continuam tendo prejuizos, apesar do astronómico aumento".

Por outro lado, um dos nossos correspondentes informamos que os autocarros destinados à Carris, quando chegam de Inglaterra sofrem uma modificação antes de serem postos em serviço: os amortecedores são retirados e as molas reforçadas. A medida tem por objetivo suprimir os gastos com a reparação e a conservação dos amortecedores. O público e os funcionários são as vítimas dessa poupança criminosa.

ESCRITURÁRIOS DE V. DO CASTELO — Os empregados de escritório de Viana do Castelo, inconformados com a situação do seu Sindicato, dirigido há dois anos por uma Comissão Administrativa, elaboraram um abaixo-assinado que recolheu 150 assinaturas, pedindo a normalização da vida da entidade. Elementos da Comissão Administrativa procura ram então os elementos mais combativos a fim de esclarecer que formassem uma lista para disputar as eleições. Na assembleia realizada, essa lista — a única apresentada — foi sufragada por todos os votantes presentes.

ROMAGEM A CAMPA DE ANASTÁCIO RAMOS — Num dia de junho realizou-se uma significativa romagem de saúde à campa de Anastácio Ramos. Compareceram cerca de 150 trabalhadores, que colocaram sobre a campa uma coroa de flores vermelhas com uma fita verde rubra onde se lia: "Dos trabalhadores democratas do Porto". Vários operários e um estudante falaram sobre Anastácio Ramos e o exemplo luminoso da sua vida de democrata e de dirigente trabalhador. Um operário recordou factos passados num presídio da PIDE onde esteve encarcerado com Anastácio Ramos e apontou o saudoso patriota como exemplo a seguir, pela sua firmeza, coragem e dedicação à causa dos trabalhadores portugueses.

OUÇA A RÁDIO

PORTUGAL LIVRE
Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 e 25 e 26 metros.

**UMA EMISSORA A
SERVIÇO DO POVO
PORTUGUÊS**

E concluiu:
"Em nome do povo português, em nome da F.P.L.N. e de todas as forças democráticas e de todas as forças populares" (Continua na pg. 7)

Notas e comentários

O Combate dos Estudantes

Os estudantes portugueses sempre estiveram na vanguarda da luta contra a ditadura salazarista. Nunca, entretanto, nem nas grandiosas jornadas de maio de 1962, a participação da juventude acadêmica no processo político havia assumido a importância extraordinária que passou a ter desde a posse do sr. Marcelo Caetano. Os estudantes souberam dizer NÃO desde a primeira hora ao salazarismo sem Salazar e à demagogia falsamente liberalizante de Marcelo Caetano. Estiveram presentes em todas as batalhas, em todos os desafios das forças democráticas contra o fascismo. Foram os primeiros a bater-se com a PIDE e a PSP nas manifestações do 5 de Outubro; os primeiros no entusiasmo e na combatividade na grande jornada do 31 de Janeiro, no Pôrto; os primeiros ainda a empolgar o plenário do Congresso Republicano de Aveiro.

O encerramento do Instituto Superior Técnico e a greve geral de Dezembro de 1968 ficaram, como dois marcos, a assinalar a ascensão das lutas estudantis em Lisboa. Seria, porém, em Coimbra que o desafio dos universitários ao fascismo assumiria a sua expressão mais alta. A tomada da Bastilha teve a significação de um aviso. Há muitos anos que a velha cidade não assistia a um desfile tão imponente, a uma demonstração tão comovedora do espírito de luta da juventude acadêmica. Povo e estudantes confraternizaram nas ruas, entre clamores contra o fascismo e a guerra colonial e vivas à liberdade e à democracia. Depois, em Abril, explodiu a revolta estudantil — uma revolta que colheu o Governo de surpresa. Na humilhante e já agora histórica vaia com que os estudantes despediram o almirante Tomás não exprimiram apenas os seus sentimentos pessoais e o seu protesto contra as estruturas da Universidade medieval: traduziram igualmente a repulsa de todo o povo português pelo salazarismo sem Salazar.

A Universidade de Coimbra foi ocupada e fechada. Ameaças, prisões, espancamentos, expulsões não quebraram a esplêndida unidade dos estudantes.

O boicote aos exames foi praticamente geral. Os estudantes não recuaram: responderam aos apêlos de Caetano e do ministro fascista Hermano Saraiva.

Durante todo o período de férias, a juventude coimbrã manteve-se na sua trincheira de combate. Chegaram-nos de Portugal testemunhos impressionantes dessa luta. São mensagens à Nação, análises de problemas associativos fundamentais, críticas contundentes à política colonial, relatos de assembleias vibrantes, edições de postais satíricos. Coimbra permanece mobilizada para os grandes momentos que se avizinham.

Uma grande Universidade não pode ficar fechada por muito tempo, como uma prisão. Os estudantes sabem disso. Agora é o Governo que está desejoso de ver reaberta a Universidade. E apavorado com a possível reação dos estudantes, em Outubro, no reinício das aulas. A massa estudantil não esqueceu, não está disposta a voltar às classes, como se nada houvesse acontecido.

Ao saudar calorosamente os estudantes portugueses e de modo especial os heróicos universitários de Coimbra, "Portugal Democrático" manifesta-lhes a certeza que anima a emigração democrática portuguesa nas Américas de que nas batalhas que se aproximam eles saberão novamente erigir-se em exemplo para todas as forças democráticas que lutam pelo derrubamento do fascismo. Outubro será o mês da farsa eleitoral; para os estudantes será, acreditamos, um mês marcado por um permanente desafio ao fascismo.

O que Caetano Defende

"As operações de polícia militar contra a subversão têm de ser mantidas, na medida em que garantem a vida, a liberdade e os bens de milhões de portugueses". As palavras são de Marcelo Caetano. Extraímo-las de uma entrevista que concedeu ao "Estado de S. Paulo". Se substituímos o final da frase, teremos de reconhecer que ela espelha com exatidão o pensamento do sucessor de Salazar. A política de repressão e terror policial terá efetivamente de ser mantida pelo fascismo, na medida em que é ela a garantia da sobrevivência dos grupos monopolistas nacionais e estrangeiros aliados no saque às riquezas de Portugal e dos povos coloniais. Ao sr. Caetano pouco importa o facto de Portugal apresentar a maior taxa de analfabetismo da Europa e a mais baixa renda per capita. O que lhe interessa, aquilo de que se orgulha e quer, a todo o custo, preservar é a prosperidade nababesca dos grupos económicos cuja riqueza tem como preço a miséria do povo. A guerra colonial e a repressão em geral têm por objetivo garantir a tranquilidade de entidades tão "patrióticas" como os grandes bancos. Vale a pena apresentar um quadro resumido da situação privilegiada em que se acham essas "entidades patrióticas". O Banco Nacional Ultramarino obteve em 1968 lucros líquidos superiores a 214.000 contos. Seus dirigentes são "patriotas" do quilate de Vieira Machado, Luís Pereira Coutinho e Castro Fernandes. O Banco Português do Atlântico, cujos lucros líquidos somaram 83.884 contos, é dirigido pelo "patriota" Cupertino de Miranda, fundador do Banco Comercial de Angola, que por sua vez obteve 27.430 contos de lucros líquidos. O Banco Pinto & Sotto Mayor, que apresentou 68.670 contos de lucros líquidos, abriu em 1968 30 novas agências em Portugal e 24 nas colônias; entre os "patriotas" que o di-

rigem figuram Champalimaud, o prof. Luís Teixeira Pinto, o Conde de Caria e o eng. Jorge Jardim. O Banco Borges & Irmão realizou lucros líquidos no montante de 55.400 contos, sob o comando do "patriota" Conde da Covilhã. O Banco de Crédito Comercial e Industrial, fundado pelo mesmo "patriota" — um dos inspiradores dos "ballets" de menores vestidas apenas com chapéus de palha — obteve 15.000 contos de lucros líquidos e abriu em 1968 mais de uma dezena de agências nas colônias. O Banco Totta Aliança, feudo dos "patriotas" irmãos Mello, da CUF, apresentou mais de 33.600

contos de lucros líquidos. O Banco Fonseca & Burnay, cujos lucros líquidos foram de 32.475 contos acaba de abrir também as suas portas aos "patriotas" manos Mello. O Banco de Angola, com lucros da ordem dos 75.000 contos têm ao leme os "patriotas" Moreira Rato e Ruy de Mello.

É a defesa desses poderosos grupos que preocupa "patrioticamente" o sr. Marcello Caetano. Como a concentração do capital financeiro lhe parece ainda insuficiente, o sucessor de Salazar vem incentivando por todos os meios as fusões dos colossos já existentes. E com êxito. O último casa-

mento foi o do Banco Lisboa & Açores com o Totta Aliança. Uma bôda de arromba! Comentando-a, escreve o "Diário de Lisboa" (6 de Agosto): "O Banco Lisboa & Açores, o que tem leões de pedra e grossas colunas na portada, e o Totta Aliança, quase em frente, namoriscavam-se de janela para janela. Fundiram ontem seus pés de meia, no que fica um bom alforje". A fusão, claro, foi aprovada por unanimidade pelos "patriotas" presentes, entre os quais pontificavam João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) e Jorge de Mello. O padrinho do enlace deve ter sido o sr. Caetano...

Sobre o Esforço de Guerra do Fascismo Português

A partir deste número, "Portugal Democrático" passará a publicar, com frequência, documentos extraídos dos relatórios elaborados pela Comissão Especial das Nações Unidas encarregada de estudar a situação concernente à aplicação da Declaração sobre a outorga da independência aos países e aos povos coloniais.

O texto que abaixo publicamos é relativo ao esforço de guerra do regime colonialista português no ano de 1968.

"Em 1968 as guerras de Angola, Moçambique e da chamada Guiné Portuguesa entraram em nova fase. Em Angola, as atividades de guerrilhas foram intensificadas no Norte pela Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA) e no Leste principalmente pelo Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), ao longo da fronteira. Por volta do fim do ano, o governo português considerou a situação tão séria que o Ministro do Exército efetuou uma visita especial a este Território. Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) conseguiu êxito abrindo hostilidades no distrito de Tete, tornando necessária a transferência de um número de unidades do Exército português anteriormente estacionadas no distrito de Niassa, onde a área de guerrilhas parece ter ficado estabilizada. A situação na chamada Guiné Portuguesa, alcançou nomeadamente um ponto crítico em 1968, como resultado dos ataques crescentes do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) contra cidades e campos militares portugueses, tornando necessário o abandono, por parte do Exército português, de certo número de pontos cruciais. Por volta do fim do ano, 7.000 soldados foram enviados, como reforço, para este Território, elevando o total das tropas portuguesas para 37.000.

Segundo diversos relatórios, como excepção de uma divisão ligada à OTAN, as forças armadas de Portugal acham-se agora quase completamente empenhadas no ultramar; de um total de 180.000 homens, cerca de 125.000 a 150.000 acham-se nos territórios do ultramar (perto de 55.000 em Angola, entre 40.000 e 60.000 em Moçambique e cerca de 30.000 na Guiné). Começa a sentir-se o esforço despendido pela economia e pela capacidade de trabalho de Portugal. Especialmente nos últimos anos, tem sido recrutado um número cada vez maior de africanos para as forças armadas. As-

sim, por exemplo, um relatório calcula que existem em Angola cerca de 19.000 africanos em armas e em Moçambique provavelmente 10.000 a 12.000 (num total de 40.000 a 60.000). Não existem números referentes à Guiné, mas as condecorações militares incluem pelo menos um africano para quatro ou seis não africanos, e fontes oficiais indicam que cerca de metade das armas utilizadas neste Território se acham nas mãos da população indígena que apóia as tropas portuguesas.

O governo português tem intensificado as medidas para mobilizar forças económicas e sociais, quer como suporte, quer como parte integral do seu esforço de guerra. Recentemente o Diretor do Instituto de Guerra Naval de Lisboa, Almirante Rogério de Castro e Silva apresentou uma razão para esta tendência, quando, ao explicar o seu conceito de guerra, afirmou: "Hoje, a posse do território já não é importante. O que é importante é a população. As fronteiras não constituem um problema. O que nos interessa mais é conhecer e explorar as tensões internas do adversário — os seus opositores, as suas ansiedades e as suas ilusões. Uma organização armada clandestina torna-se o primeiro instrumento de combate... Portanto, o fator psicológico tornou-se mais efectivo. Hoje, as técnicas de propaganda e a aplicação da psicologia das massas podem ser postas ao serviço de uma ideologia agressiva, que enfraqueça o poder do governo de um Estado ou que dele se apodere pela subversão. Na realidade, a guerra e a paz já não são situações bem marcadas e antagónicas. O objetivo da guerra continua o mesmo, mas os meios de combater mudaram".

A imprensa internacional afirmou, por volta do fim de 1968, que as perdas militares portuguesas nos sete anos de guerra estavam atingindo a casa dos 2.000. Estes números mostram que a partir de 1965 as perdas em Angola, aumentaram 30 por cento por ano e que em Moçambique e na cha-

mada Guiné portuguesa dobraram.

	Angola	Moçambique	Guiné
1965 . . .	67	59	63
1966 . . .	84	120	154
1967 . . .	99	112	178
1968 (até 1 de dezembro) . . .	97	128	116
	347 (a)	419	511

Fonte: "Financial Times" (Londres, 11 de dezembro de 1968).

a) Além disso, 1.000 a 1.500 soldados portugueses morreram por outras razões, fora de combate, desde 1961.

Os números publicados pelos boletins militares portugueses têm contudo sido consideravelmente menores. Em relação a Moçambique, por exemplo, os números oficiais falam de 99 mortos em 1967 e de 73 em 1968. Os movimentos de libertação nacionais, por outro lado, falam de perdas muito maiores infligidas às tropas portuguesas; uma fonte de informação, por exemplo, eleva o número total de soldados portugueses mortos em África a cerca de 5.000 desde que começou a guerra.

Como o fim da guerra não está à vista, Portugal tenta redobrar o esforço despendido pelos seus recursos financeiros e pela sua força de trabalho. Os recentes aumentos de vencimentos das forças armadas servindo no ultramar, as advertências, repetidas vezes feitas em jornais de Angola, quanto à necessidade de se recrutarem pilotos, o plano elaborado, no sentido de se usar pessoal não militar na infraestrutura da aviação em Luanda, o crescente número de tropas africanas que está sendo incorporado nas forças armadas e a utilização extensiva das chamadas "forças militarizadas" para entrarem em contacto com as guerrilhas, constituem indicações do esforço imposto pela guerra...

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçã a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01.15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS



O HUMOR COMO ARMA DE LUTA

NAO FOI APENAS COM A GREVE GERAL, COM GRANDES ASSEMBLEIAS DE PROTESTO E COM O BOICOTE AOS EXAMES QUE OS HEROICOS ESTUDANTES DE COIMBRA RESISTIRAM A VIOLENCIA OBSCURANTISTA DO GOVERNO FASCISTA DE CAETANO QUE TEVE COMO PRINCIPAL EXECUTOR O MINISTRO DA EDUCACAO NACIONAL. NO SEU DESAFIO AO REGIME, OS ALUNOS DA VELHA ACADEMIA COIMBRA SOBERAM TAMBEM RECORRER A OUTRA ARMA, QUE, EMBORA SUBTIL DEMONSTROU SER EFICAZ: O HUMOR. DESENHOS COMO AQUELES QUE REPRODUZIMOS FORAM DISTRIBUIDOS AOS MILHARES POR TODO O PAIS, CONTRIBUINDO PARA A DESMORALIZACAO DAS AUTORIDADES FASCISTAS.

O MINISTRO HERMANO SARAIVA — O "FIRME" COMO LHE CHAMAM JOCOSAMENTE OS ESTUDANTES — TORNOU-SE AOS OLHOS DO POVO NAO APENAS UMA FIGURA CARICUTURAL, MAS O SIMBOLO DA PREPOTENCIA E DA ARROGANCIA FASCISTAS DERROTADAS PELA CORAGEM DOS JOVENS UNIVERSITARIOS COIMBROES. ESTA PAGINA E MAIS UMA HOMENAGEM QUE PRESTAMOS A UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

O MINISTRO DA EDUCACAO DE CAETANO VISTO PELOS ESTUDANTES DE COIMBRA.

"NESTE MOMENTO SABE-SE QUE JA CONVERGIRAM PARA COIMBRA CONHECIDOS ELEMENTOS DE AGITACAO ..."
in "Comunicação ao País do M.E.N. em 30.4.69"



JUNHO FLORÍD



eu dou-lhes a
Reforma!



Os Estudantes de Coimbra Dirigem-se à Nação

A Associação Académica de Coimbra distribuiu à Imprensa portuguesa um manifesto dirigido A Nação, que explica e justifica a corajosa luta que os seus estudantes vêm travando nos últimos meses. Portugal Democrático publica hoje quase integralmente esse manifesto — e não o transcrevemos na íntegra por não dispormos do espaço necessário — e chama a atenção dos seus leitores para o facto de que nenhum jornal português foi autorizado a publicar uma linha sequer deste documento que, pelo seu alto nível mostra a maturidade e o equilíbrio dos académicos de Coimbra e a justiça do seu combate.

Depois de desmascarar a política de deturpação sistemática dos factos, levada a efeito pelo Ministro da Educação Nacional, o manifesto apresenta os antecedentes da crise:

ANTECEDENTES

Os estudantes desde há muito que lutam pela satisfação de algumas das suas mais elementares reivindicações. A Nação, porém só se apercebe delas quando lhe reclama sua passividade ante a repressão, quando lhe procuram explicar que o único problema universitário é o da ordem e da disciplina. Deliberadamente lhe ocultam as causas do seu descontentamento, e justiça dos seus objetivos. Deliberadamente lhe ocultam o que passamos a expor:

1 — Situação social do estudante: o estatuto social do estudante apresenta para ele essencialmente dois inconvenientes:

a) Ele é tornado irresponsável: os seus estudos realizam-se num divórcio completo da vida activa, de actuação social e política. As estruturas do ensino nacional não o iniciam num trabalho de grupo, nem lhe dão experiência de autonomia e gestão. Ele limita-se a suportar um paternalismo docente e governamental, a ser vítima do monólogo magistral e autoritário, a ser julgado por métodos de exame que deturpam a sua personalidade. O estudante verdadeiramente não tem direitos nem responsabilidades, sofrendo psicologicamente com o anátema de irresponsável e imaturo. Divulga-se e favorece-se a ideia de que o estudante é um parasita económico, dando-lhe um sentimento de culpa ou obrigando-o numa sublimação de defesa à vaidade indiferente dos privilegiados. b) Ele encontra-se isolado: Desde a fase folclórica, recreativa e praxística, até às fases corporativistas e sindicalistas todas as tentativas dos estudantes no sentido de ver reconhecido o seu direito de associação têm deparado com toda uma legislação abortiva e asfixiante e com todo o zelo fiscalizador de autoridades académicas, mais autoridades do que académicas. O germe deste movimento situa-se na reacção dos estudantes ao dec.-lei 40.900 de 12 de Dezembro de 1956. Publicado em nome do corporativismo do Estado, este diploma encontrou tal resistência por parte dos estudantes e da opinião pública que a Assembleia Nacional só o ratificou com emendas e o Governo viu-se obrigado a optar pela sua não execução. Ele criava uma Comissão Permanente de Organização Circum-Escolar, de composição discutida, e estabelecia para as Associações Académicas uma rígida regulamentação demasiado uni-

forme, limitando a democracia directa associativa, chegando ao extremo de sujeitar as associações à fiscalização de um "professor fiscal da ordem social estabelecida". Mas não ficou por aqui a repressão legislativa. O dec.-lei 44 632 de 15-10-62 e o dec.-lei 45 043 de 23-5-63, aplicando o decreto 39660 às Associações de Estudantes, são claras manifestações de uma legislação repressiva. A necessidade de autorização governamental para a sua constituição por parte do M.E.N.; a necessidade de homologação para as suas direcções eleitas; a necessidade de aprovação dos estatutos fortemente condicionada; a possibilidade de extinção, suspensão, e dissolução dos corpos gerentes, tornam a liberdade de associação numa simples expectativa que só de rastos se pode ver satisfeita. E daí, todo um cortejo histórico de dissoluções, comissões administrativas, suspensões e alterações de estatutos. E note-se que o seu isolamento é imposto mesmo ao nível nacional. Simples Encontros Nacionais de Estudantes ou a comemoração do Dia Nacional do Estudante têm sido proibidos. Este último várias vezes se realizou com admiráveis formas de convívio e cultura, até que em 1962 o M.E.N. proibiu a sua realização.

2 — A Crise da Universidade:

a) A sua organização hierárquica e burocrática — as decisões emanam do alto da pirâmide e como decisões, originam um diálogo entre surdos e mudos. O estudante e o professor são apenas executantes passivos de programas e circulares que tombam de distantes gabinetes ministeriais. A organização, centralizada, racionalizada burocrática, hipertrofia o eu individual e gera soluções desfazadas da realidade porque aqueles que decidem estão longe dos problemas. E se a certos professores com atestado político favorável se permite o acesso às altas esferas para amigáveis conversas de reformas sucessivamente adiadas, aos estudantes nega-se o simples acesso aos Conselhos de Faculdade e ao Senado, num retrocesso que a nossa história ridiculariza, pois a Reforma de 1911 conferia tal direito aos estudantes.

b) Insuficiência do seu ensino: a Universidade tem sido uma mera fábrica de diplomas, onde não se educa mas se selecciona um produto final a integrar e perpetuar numa sociedade que se pretende inaltable. O Professor é um mero intermediário do saber conveniente ao Poder e o estudante um consumidor sem opção e de crítica aniquilada. O diálogo, o espírito de síntese, os verdadeiros métodos de investigação e trabalho, deformam-se em monólogos memoriais com vista à barreira do exame. Os métodos e as estruturas da Universidade perpetuam estes vícios pela ausência de participação e de diálogo, lançando na sociedade homens abúlicos, sem espírito crítico, sem imaginação criadora. O curso magistral, o número crescente de estudantes e decrescente de professores, a barreira criada entre uns e outros, o sistema de exames e concursos, a sobrecarga de matérias são outras tantas causas de mal-estar e descontentamento.

c) Inadaptação da Universidade às suas funções sociais: a Universidade é um órgão vital das

sociedades humanas. A Universalidade, como templo quase religioso onde se iniciam os filhos dos privilegiados nos mistérios da cultura oficial, é um crime de desperdício e desigualdade social. A Universidade fortaleza, com suas ameias e arceiros, é luxo e reliquia medieval. Devem rasgar-se portas e janelas para que os homens entrem e as verdades e os conhecimentos se difundam. Imaginem-se estruturas que lhe permitam desempenhar a sua função de formação de homens num saber em que todos participam e que a todos aproveite.

Quisemos mostrar à Nação, na síntese possível de um comunicado, algumas das razões do nosso descontentamento, algumas das raízes das nossas reivindicações. A Nação tem a obrigação de se debruçar sobre elas e de se interessar por elas e, com o sumário oferecido, consciencializar-se de alguns dos problemas que afectam os estudantes e que eles desejavam que o seu legítimo representante tivesse equacionado no já célebre dia 17 de Abril. Assim julgamos colmar, embora de modo não exaustivo, uma das lacunas mais lamentáveis do discurso do M.E.N. Assim oferecemos à Nação uma parte do nosso depoimento a fim de que ela julgue se era ou não justa que os estudantes tivessem mandatado no seu representante um discurso semelhante".

O documento historia seguidamente os acontecimentos que se verificaram na Academia em 17 de Abril e de que os nossos leitores já têm conhecimento. Na sua parte final, divulga algumas das reivindicações mais importantes dos estudantes, não se esquecendo de assinalar que o combate da juventude não poderá sofrer tréguas até que se construa "um Portugal novo".

"CONCLUSÕES DE INTERESSE NACIONAL

O movimento estudantil adquiriu uma dimensão nova.

A partir de comissões de colaboradores, de juntas de delegados, de reuniões e assembleias gerais surgiu vigorosamente um pensamento novo, uma consciência autêntica dos problemas básicos e, por ela, uma vontade colectiva de triunfo na luta por uma Universidade nova, uma vontade colectiva de repensar as estruturas e a função da Universidade para que ela, de uma mera fábrica de diplomas, se transmude na fértil incubadora de um novo homem posto ao serviço de uma nova sociedade.

O dia 17 de Abril de 1969 ficará na história do movimento estudantil como marco de uma nova perspectiva; perspectiva de uma juventude que não mais se quer privilegiada, apreendendo no convívio diário a autenticidade da sua função social.

E é esta nova perspectiva que urge dar a conhecer à Nação para que esta saiba que a luta da sua juventude se trava por ela e que o estudante não pode ficar isolado nas primeiras linhas de um combate que também é o seu. Urge deste modo a divulgação de algumas das nossas reivindicações, necessariamente sumária, cujo teor mais importa em benefício da sociedade.

1.º — Reforma global do ensino: a reforma radical da Universidade implica coerentemente

toda a reforma de ensino nacional, deste o maternal ao ensino superior. As estruturas do ensino primário, secundário e superior têm de ser postas em causa a fim de que o estudante, ao longo dos seus estudos, possa ter uma orientação progressiva permanente em benefício do homem total não amputado numa especialização precoce de tecnocracia desumana. Deverá definir-se uma nova pedagogia que assegure desde o início ao estudante a sua participação na sua formação, os trabalhos de equipa e acção colectiva, a sua acção criadora, a sua curiosidade intelectual com vista a um ensino humano e concreto, reflectido e dialogado.

Daí que os exames na sua forma actual devem desaparecer em benefício de um controle constante e contínuo ao longo do ano, baseado na qualidade do trabalho prestado.

A crise do ensino superior só será vencida a partir do ensino primário.

2.º — Independência-autonomia: em cada estabelecimento de ensino, um conjunto de regras internas deve garantir esta autonomia, posta ao serviço da liberdade de aprender e de ensinar como garantia mínima da busca pela verdade.

Os estudantes e professores devem conservar a liberdade de conteúdo e forma do ensino.

3.º — Auto-gestão: os estabelecimentos de ensino devem ser geridos paritariamente pelos professores e pelos estudantes sem qualquer ingerência externa.

As organizações de estudantes e professores devem ter representação nas instâncias de elaboração dos planos económicos e na afectação de verbas orçamentais.

4.º — O reconhecimento da utilidade social do estudante: o estudante não deve mais ser olhado como um parasita económico. É necessário que se reconheça a sua utilidade social e que ele seja considerado como um elemento activo da sociedade, sujeita de responsabilidade e titular de direitos.

5.º — Educação permanente: além da preparação profissional é premente educar o Homem como indivíduo, como membro da comunidade nacional e internacional. A educação permanente visa a formação integral, abrangendo todos os homens de todas as idades.

A aquisição de um diploma não deve pôr termo à valorização do homem.

6.º — Democratização do ensino: nós pretendemos que o ensino seja um bem democraticamente colocado ao alcance de todos, sem distinção de classes ou de recursos económicos. Nós pretendemos que não existam quaisquer processos discriminatórios, quer eles sejam favorecidos pela pré-cultura maternal privilegiada (diferenças básicas higiénicas, de saúde, de alimentação, de habitação, etc.), quer elas sejam favorecidas por desigualdades económicas, quer ainda sejam favorecidos por um sistema de sanções de exames, de concursos e de programas seleccionadores. Pretende-se um ensino aberto a todos em condições de igualdade, permitindo a participação activa de todos na criação e usufruto dinâmico do saber. O ensino gratuito a todos os níveis é uma exigência da sociedade presente e

futura.

Porém, não esqueçamos que a democratização do ensino pressupõe toda uma democratização das estruturas sociais, toda uma democratização económico-social sob pena de manutenção ou reforço dos privilégios sociais. — A NOSSA LUTA SÓ PODERÁ, POIS, FAZER TRÉGUAS QUANDO TIVERMOS ATINGIDO UMA UNIVERSIDADE NOVA NUM PORTUGAL NOVO.

A Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra.

E a Luta Continua

Entretanto, como os estudantes previam no manifesto, a luta prossegue sem tréguas. Assim, no dia 8 do mês de agosto, o Ministro Hermano Saraiva, que ficará na História da Educação Nacional como um dos mais sinistros titulares que já passou por aquela pasta, decretou a suspensão de todas as actividades da Associação Académica de Coimbra (com excepção das secções esportiva e filatélica...), destituiu os seus corpos gerentes e nomeou uma Comissão para inquirir da situação financeira da Associação. Com estas medidas, diz a nota oficial do Ministério, "espera-se poder voltar à normalidade da vida associativa na Universidade de Coimbra". Quase simultaneamente o Senado Universitário também publica uma nota em que, depois de deplorar os acontecimentos, de lamentar que "se tenha tornado imprescindível recorrer a meios extraordinários para assegurar a efectivação da liberdade de comparência às provas de exame"... e de "manifestar a sua confiança em que o Governo não deixará de prestar à Universidade a colaboração necessária para se garantirem aos alunos os seus direitos escolares", faz votos para que se possam concluir no próximo ano os trabalhos preparatórios de uma reforma da Universidade. No meio desta desenfreada demagogia os académicos de Coimbra continuam resistindo, numa das lutas mais firmes e mais conscientes da história da vida estudantil portuguesa. Recordamos que a percentagem de abstenções aos exames atingiu a cifra recorde de 86%. Além dos 8 dirigentes inicialmente suspensos, mais 40 foram processados. 85 assistentes da Universidade, apesar da pressão exercida pelos Cate dráticos, solidarizaram-se com os estudantes. Não há dúvida, pois, que em Coimbra a luta continua.

AMIGO Ajuda os Candidatos Democratistas

A Comissão Eleitoral do Porto pede-nos que informemos os democratistas do exterior empenhados em colaborar materialmente na campanha dos candidatos unitários da Oposição que todos os fundos e donativos devem ser enviados para Eng. Virgínia Moura — conta n.º 89-63061 Banco Totta-Alliança, no Porto.

Pela amnistia e contra a repressão

Uma Saudação de Sofia Ferreira

Publicamos abaixo uma carta que nos enviou a grande patriota Sofia Ferreira na qual, por intermédio do nosso jornal, saudamos todos os democratas que lutaram pela sua libertação. "Portugal Democrático" sente-se honrado pelo apreço que o seu combate merece de uma mulher portuguesa que pelo seu heroísmo e dignidade se impõe ao respeito de todo o povo português.

Ao fim de nove anos de cárcere, sujeita a condições já muito divulgadas por outros patriotas que, tal como eu, sou "Queridos amigos:

Em todos encontrei de feriram os vexames e a dureza das prisões fascistas de Portugal, tive finalmente a alegre oportunidade de ler alguns números de "Portugal Democrático". Pude assim avaliar um pouco do muito que este prestigioso jornal tem dedicado à causa do povo português e especialmente aos patriotas perseguidos, torturados e pre-

núncias das "medidas de segurança", apelos à amnistia, desmascaramento e condenação do terror e repressão ao povo português e aos povos africanos que nas colónias sob o domínio português lutam tão heroica e justamente pela sua independência.

Pelo elevado número mencionado no jornal "Portugal Democrático" de associações, comités de amnistia e outras várias organizações de massas que se associaram a campanha mundial contra as "medidas de segurança" e pela Amnistia, compreendi melhor a verdadeira extensão desta magnífica solidariedade aos presos políticos.

Porque o meu nome foi um dos destacados neste movimento, o qual agrupou milhões de pessoas de sentimentos humanitários, porque "Portugal Democrático" não só foi um importante porta-voz, um divulgador, mas também um colaborador activo nesta campanha de solidariedade, eu desejo expressar a minha profunda gratidão à sua Direcção e a todos os colaboradores e, por seu intermédio, a todas as organizações e pessoas que participaram nesta campanha.

De todo o meu coração envio fraternais saudações à União das Mulheres Portuguesas e à União das Mulheres da Argentina, bem como a todas as Organizações da América Latina que se solidarizaram nesta importante campanha a favor dos presos e perseguidos políticos portugueses.

Em meu nome e dos patriotas encarcerados manifesto os nossos agradecimentos e os maiores votos por muitos êxitos nas actividades democráticas e em defesa do bem estar de todos os povos, na luta pela paz. Desejamos novos êxitos na bela solidariedade aos perseguidos e necessitados do calor humano. Não interessa de qual continente. O mundo não tem fronteiras para os antifascistas. Os fascistas não têm força para impedir que os povos do mundo estendam suas mãos solidárias, que o calor humano chegue junto dos que lutam, com armas ou sem elas, contra a reacção, por um mundo sem ódios.

Devido às poderosas acções unidas de diversas pessoas de muitos países, pela amnistia e contra as "medidas de segurança", o governo português foi forçado a libertar, num espaço de pouco mais de um ano, mais de vinte e três presos políticos. Alguns dos quais só cumpriram um ano de "medidas de segurança", o que até há pouco, só num ou noutro caso de doença muito grave, se havia conseguido. Estas libertações devem-se aos esfor-

ços das forças progressivas. Foi uma vitória sua.

A solidariedade aos presos políticos e suas famílias é vivamente sentida por todos os portugueses que amam a liberdade e defendem a amizade e a paz com todos os povos.

Agradeço a atenção e envio as mais fortes e fraternais saudações para a Direcção de "Portugal Democrático" e seus colaboradores.

Sofia Ferreira

Democratas do Brasil Exigem a Libertação de Palma

Publicamos abaixo o texto da carta que a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa dirigiu ao general Francisco Franco, responsabilizando-o pela prisão de Herminio da Palma Inácio e exigindo a libertação daquele patriota. Excelentíssimo Senhor:

Os democratas portugueses radicados no Brasil vêm acompanhando com indignação o comportamento das autoridades espanholas em face de militantes antifascistas portugueses que, para escapar a perseguições de carácter policial, se têm visto na contingência de atravessar o território desse País.

Em 22 de abril p.p. encaminhamos a V.Exa um protesto motivado pelo gesto inqualificável do Poder Judiciário espanhol, atendendo o pedido de extradição do compatriota Eduardo Cruzeiro formulado pela Polícia Política portuguesa (P.I.D.E.) Lembravamos então a V. Exa que essa sentença confirmava a íntima solidariedade existente entre os regimes fascistas de Espanha e Portugal.

A atitude assumida posteriormente pelo governo de V. Exa em relação a Herminio da Palma Inácio, dirigente da L.U.A.R, veio, provar a razão que nos assistia Herminio da Palma Inácio evadira-se de uma prisão portuguesa e achava-se em Espanha, de passagem para uma terra mais acolhedora, quando foi detido pelas autoridades policiais desse país, no dia 25 de Junho. A notícia da sua prisão já correu mundo e suscitou veementes críticas nas colunas da imprensa internacional.

Livros

Os nossos leitores poderão adquirir as seguintes obras por nosso intermédio:

Resistencia em Portugal —

Dias Coelho US\$ 1,50

Portugal e o Fim do Ultra-

colonialismo US\$ 1,50

Angola Cinco Séculos de

Exploração US\$ 1,50

A Questão Agrária em Portugal

A. Cunhal US\$ 5,00

Fátima — Tomaz da Fonseca

US\$ 1,00

Para tal, basta juntar ao pedido um cheque ou ordem bancária a favor de "Portugal Democrático" e no valor das obras pretendidas.

Herminio da Palma Inácio é um combatente anti-fascista, um militante revolucionário, um patriota. V. Exa não pode desconhecer que a Justiça francesa assim o reconheceu em 1967 ao recusar-se a atender o pedido de extradição apresentado pelo governo português. Entretanto, o procedimento das autoridades espanholas no caso de Eduardo Cruzeiro leva-nos a temer o pior, isto é a entrega à P.I.D.E. de Palma Inácio, em flagrante violação do Art.º XIV da Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, subscrita pelo governo a que V. Exa preside. Nesta conformidade, ao protestar contra as arbitrariedades da polícia espanhola acima citadas, vimos, interpretando os sentimentos de milhares de democratas portugueses do Brasil, responsabilizar V. Exa pelo que possa acontecer a HERMINIO DA PALMA INACIO, cuja vida reputamos em perigo enquanto aquele patriota não for libertado.

São Paulo, 22 de Agosto de 1969
A Comissão Executiva da U.D.P.

ERA CASO PARA CORTE DE RELAÇÕES DIPLOMATICAS

Há funcionários do fascismo português que se especializaram em protestos mal sucedidos. Um deles é o último consul de Caetano em São Paulo. Há dois anos, o jovem em causa fez um papelão ao pretender refutar as denúncias da Unidade Democrática Portuguesa relativas aos abusos praticados pelo governo de Lisboa na concessão de passaportes. Na sua ânsia de defender a legislação liberticida, o consul citou tantos decretos-leis fascistas que um reporter do "Jornal da Tarde" acabou dando um tom humorístico ao seu pronunciamento. Tempos depois, por ocasião da Semana de Portugal promovida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o mesmo consul depois de se negar a indicar intelectuais fascistas portugueses aptos a debater com os estudantes da PUC os temas das conferências a realizar ali foi pessoalmente protestar a reitoria contra as palestras proferidas por elementos da Oposição e cobriu-se novamente de ridículo ao tentar inútilmente impedir que a imprensa de São Paulo desse o maior relevo à presença dos democratas portugueses na Universidade Católica.

Agora, o mesmo funcionário deu um novo ar da sua graça. Foi nos dias que antecederam a visita do sr. Caetano ao Brasil.

O embaixador Manuel Frago, cumprindo o seu papel, inundou o Brasil de material de propaganda fascista. Nessas andanças, um extenso filme sô-

UMA ALIANÇA NATURAL

"Consideramos como um aliado o movimento democrático português, que luta há dezenas de anos, nas mais duras condições, pela liberdade de Portugal. Tanto nós como os democratas portugueses lutamos contra a ditadura fascista e contra o sistema colonial. Há objetivos comuns e consequentemente uma aliança natural e uma solidariedade entre os movimentos. Uma mudança do sistema português provocará fatalmente consequências na evolução do sistema colonial.

Consideramos que essa aliança e essa solidariedade são justas e a sua grande significação no futuro, quando os nossos povos forem livres, reside no facto de que não haverá obstáculos ao desenvolvimento das relações amigáveis, com base no respeito e na igualdade mútuos.

Aproveito este ensejo para saudar os valorosos combatentes anti-fascistas portugueses que no seu país realizam esforços e sacrifícios para aniquilar o regime fascista. Saudos todos quantos se acham nas masmorras da PIDE, arbitrariamente encarcerados, sofrendo injustiças diárias, e presto também homenagem a todos aqueles que perderam a vida na luta implacável pela democracia em Portugal.

O povo angolano, o Movimento Popular de Libertação de Angola, no interesse comum, desejam aos que combatem em Portugal, os maiores êxitos.

(De uma entrevista do dr. Agostinho Neto, presidente do M.P.L.A., à Radio Voz da Liberdade.

CAETANO SOBE O PRÊÇO DOS AÇORES

LISBOA (Do Correspondente) - O Ministério dos Negócios Estrangeiros, em nota oficiosa distribuída à imprensa em fins de Agosto, e que visava a desmentir uma notícia publicada na revista "Newsweek", acabou confirmando aquilo que pretendia refutar: que Caetano está exigindo de Washington 200 milhões de dólares como preço pela renovação do acordo que legaliza a ocupação da base das Lajes, nos Açores por forças militares norte-americanas.

O que menos importa, no caso, para o povo português é a retórica do sr. Franco Nogueira e a alegação de que a entrega aos americanos daquela parcela do território nacional era até agora gratuita. Não se trata para qualquer patriota de

saber se Salazar era mais ou menos generoso do que Caetano nos seus actos de traição. É possível que o actual chefe da ditadura seja mais hábil no tipo de "chantage" que consiste em exigir mais dólares em troca das bases cedidas aos Estados- Unidos. Mas a traição permanece, é a mesma. O povo português não se deixou iludir pela manobra e encara com apreensões a "chantage" tendente a um maior comprometimento da NATO nas guerras coloniais africanas. Ninguém aliás duvida de que a serem atendidas as exigências de Caetano, os 200 milhões de dólares pretendidos contribuiriam para aumentar a escalada em África. Em Lisboa, comenta-se com certa ironia que seria essa uma maneira indireta de os Estados- Unidos intensificarem a sua ajuda ao colonialismo e ao fascismo portugueses, infringindo legalmente as recomendações do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral das Nações Unidas.

A F.P.L.N.

em Bucareste

De 15 a 20 de Junho realizou-se em Bucareste, na Romênia, uma Mesa Redonda sobre "O papel e a contribuição da Juventude na realização de um clima de Paz e de Segurança na Europa".

Entre as 76 delegações presentes, representando 25 países, havia uma da Frente Patriótica de Libertação Nacional, de Portugal. Os representantes da F.P.L.N. na sua intervenção, denunciaram o papel da NATO como instrumento político e militar incompatível com a criação de um clima de Paz e criticaram o apoio que os Estados- Unidos, a Inglaterra e a França concedem ao fascismo e ao colonialismo portugueses, demonstrando-se especialmente na análise das íntimas relações que ligam os governos de Caetano e Kiesinger, salientando que a República Federal Alemã é hoje o principal aliado da ditadura portuguesa.

bre Marcelo Caetano, os seus talentos e as grandezas do regime foi parar à Televisão Educativa de São Paulo. Um técnico desta foi encarregado de reduzir a fita a dimensões razoáveis e de lhe tirar um pouco de ranço. Mas o moço, segundo parece, ficou tão enojado que decidiu intervir diretamente na montagem e alterar o sentido de algumas cenas. E tão bem se houve no seu trabalho que, no dia da apresentação do filme, os telespectadores de São Paulo tiveram oportunidade de dar umas boas risadas. O clou do espectáculo foi uma cena em que, logo depois de passarem pelo vídeo tropas portuguesas, muito bem armadas e melhor uniformizadas, surgiu um grupo de africanos esqueléticos e encarquilhados, com bastões nas mãos. A legenda lembrava que em África as Forças Armadas de Portugal continuavam lutando em defesa da Paz — ou coisa que o valha — contra ferozes guerrilheiros. Era demais para o "patriotismo" do consul.

Não esteve com meias medidas. Mentalmente revestido do fardão e do espadim inerentes à dignidade de embaixador, dirigiu-se ao diretor da TV Educativa — que provavelmente nem tinha visto o filme — e depois de apresentar um protesto gélido, na boa tradição da Carrière, deixou cair a frase ameaçadora: "Era caso para corte de relações diplomáticas".

A frase correu a cidade. Quanto ao consul, promoveram-no. Foi colocado em Londres.

COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

Angola

Diversos comunicados especiais do estado-maior português têm acusado repetidamente os destacamentos do MPLA que operam no distrito do Moxico de serem os autores dos atos de sabotagem praticados contra a linha do caminho de ferro de Benguela. Respondendo a essas acusações, a direção do MPLA tornou público o seguinte desmentido:

"Os órgãos de informação dos colonialistas portugueses, assim como certa imprensa, insistindo sobre as recentes interrupções do tráfego no caminho de ferro de Benguela, responsabiliza directa ou indirectamente o MPLA das sabotagens sofridas por esta via férrea.

Esta campanha orquestrada pelos inimigos do Povo angolano e da independência da Africa, tem como fim exercer pressão sobre o governo da Zâmbia, para que este modifique a sua atitude em relação aos movimentos de libertação e, muito especialmente, prejudicar as boas relações existentes entre aquele governo e o MPLA.

Já anteriormente se assistiu a outras manobras do género por parte do governo português, interrompendo arbitrariamente o tráfego internacional sob o pretexto de que a linha fora sabotada pelo MPLA, sempre com o objectivo de levar o governo zambiano a retirar o seu apoio moral ao MPLA. É o que acontece mais uma vez: as sabotagens são obra do próprio exército português.

O MPLA rejeita pois toda a responsabilidade nos acontecimentos verificados recentemente e sublinha ainda que toda a sua actividade nos dez dos quinze distritos angolanos em que dirige a luta armada pela independência, foi sempre tida em consideração os interesses dos países vizinhos irmãos, evitando o seu prejuizo.

A presente campanha contra o MPLA não é pois mais do que uma tentativa para retardar a luta dos povos africanos ainda submetidos ao jugo colonial e às minorias raciais da Africa austral, por meio de pressões sobre o governo zambiano, cuja atitude positiva em relação aos movi-

mentos de libertação é bem conhecida por todo o Mundo".

Moçambique

Contrariamente a todas as informações divulgadas pela imprensa portuguesa, a situação militar em Moçambique, longe de se desanuviar, agravou-se sensivelmente no primeiro semestre de 1969.

A FRELIMO fez-se com mais rapidez do que se esperava do golpe terrível que para ela foi o assassinio de Eduardo Mondlane. No Interior cresce de dia para dia o prestígio do comandante Samora Machel, cada vez mais encarado como um herói nacional moçambicano.

Por outro lado, a traição de Lazaro Cavandame não produziu, como oportunamente havia previsto o escritor inglês Basil Davidson, qualquer alteração na marcha das operações militares. Em certo sentido ela foi mesmo benéfica para a FRELIMO, pois assinalou uma nítida ruptura entre as lideranças tribais tradicionais, que haviam aderido à luta armada por mero oportunismo, e os jovens militantes revolucionários, incompatíveis com mesquinhas ambições pessoais e preocupados com a construção do futuro.

Não é de estranhar assim que a Província de Cabo Delgado, onde os macondes são especialmente numerosos, esteja hoje mais do que nunca ligada à FRELIMO. Se acrescentarmos a isso a incapacidade revelada pelo estado-maior português para retomar a iniciativa no Niassa e, até mesmo, para limpar de guerrilheiros a área próxima ao local onde a Santa Aliança pretende construir a gigantesca barragem de Cabora Bassa, verificaremos que o otimismo do Governo de Marcello Caetano é inteiramente gratuito. A indignação suscitada no seio da tropa pela tragédia da Mopeia, no Zambeze, veio carregar ainda mais as côres de um panorama já de si sombrio.

Guiné

Foi publicado o balanço oficial da luta anticolonialista na frente da Guiné, no ano de 1968. Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, de volta de Kartum e do Cairo,

recordou numa entrevista coletiva à Imprensa que em 1968 os colonialistas haviam sofrido 1.700 mortos; 27 foram capturados; foram tomados 11 campos entrancheirados; realizaram-se 569 ações contra esses campos e 197 emboscadas; foram afundados ou sofreram danos 62 barcos; 10 aviões foram abatidos

A luta armada prossegue em todas as frentes da Guiné. Na estrada de Bedanda foi tomado o campo entrancheirado de Medjo, ponto importante no eixo estratégico que dá acesso à fronteira sul da Guiné. As aldeias de Bircama, no norte, Catungo, Darsalame, Indjassane, no sul, Gan-Codia, Fifiol, Manhae, Gan-Dias e Corubal, no Este, foram alvo de bombardeamentos aéreos com napalm. Em Indjassane, forças colonialistas transportadas por helicóptero mataram três elementos da população, entre os quais uma criança. Verificaram-se igualmente ações da aviação colonialista nos setores de Ketafine, Como, Caiar, Cabochaque e Cafine, causando 14 mortos entre a população civil, dos quais 2 velhos, 4 mulheres e 3 crianças. As forças da Guiné atacaram junto de Farim, da estrada de Co Pelundo, onde se apoderaram de um importante lote de armas e munições, de Begene e Guidage e no setor de Cabedu.

DIFICULDADES NO RECRUTAMENTO

Depois de uma reunião do Conselho de Ministros em Lisboa foi distribuído um comunicado que mostra as dificuldades crescentes que o governo está enfrentando para prosseguir a guerra colonialista. Assim, a incorporação de jovens estudantes que até agora se fazia apenas no fim do curso (bastando a apresentação de um documento de boa conduta escolar para que esse adiamento se verificasse) passou agora a ser obrigatória em plena época de estudos. Só poderão adiar a chamada os estudantes "cuja situação escolar seja considerada muito boa". Os círculos bem informados comentam que esta medida pode ter sido tomada por dois

motivos: em primeiro lugar, devido à dificuldade, que cresce cada vez mais, de recrutar soldados para as guerras de África; em segundo lugar, como represália pela coajosa manifestação de posição dos estudantes portugueses contra essas guerras.

Na mesma reunião do Con-

selho de Ministros foi decidida a reorganização da Defesa Nacional, de forma a permitir enfrentar "as condições atuais da situação militar no Ultramar". Também esta decisão mostra os reveses que o Estado Maior colonialista vem sofrendo na Guiné, em Angola e em Moçambique.

O Fascismo na Imprensa Internacional

INTERCAMBIO ECONÓMICO VAI A PIQUE...

"Por ocasião da visita ao Brasil do presidente do Conselho de Ministros de Portugal, sr. Marcello Caetano, esta folha julgou de seu dever advertir contra ilusões relativas à possibilidade de um incremento rápido e espetacular das relações económicas entre os dois países. Julgamos indispensável tal aviso, pois a amizade se baseia sempre em sinceridade. Além disso, consideramos oportuno evitar decepções, perigosas sob muitos aspectos.

OBSTACULOS

Nosso cepticismo sobre a viabilidade de uma dinamização do intercâmbio comercial e de investimentos recíprocos alicerçou-se em vários argumentos, entre eles:

- 1) as exportações agrícolas de ambos os países são altamente competitivas, sendo a respeito o exemplo mais expressivo o café;
- 2) a economia portuguesa está até certo ponto integrada nas organizações regionais do Velho Mundo, ao passo que nosso País está ligado às instituições regionais latino-americanas;
- 3) o nosso protecionismo alfandegário tem de limitar, forçosamente, o ingresso de mercadorias estrangeiras;
- 4) um país tão carente de capitais como o nosso não está em condições de realizar investimentos no Exterior.

Todos estes fatos não são portanto, de molde a alimentar o mesmo acêrca de uma rápida intensificação das relações económicas entre os dois países. Mas, este fato não justificou o procedimento do nosso Ministério das Relações Exteriores de publicar, sem nenhuma explicação, a Ata da II Reunião da Comissão Económica Luso-Brasileira, realizada no Rio nos dias 3 e 4 de julho último, por ocasião da visita do presidente do Conselho de Ministros português, professor Marcello Caetano.

DIVULGAÇÃO INJUSTIFICADA

A razão é simples: o documento não contém nenhum elemento positivo, nenhuma observação suscetível de cimentar as tradicionais relações entre os dois países. Ao contrário, como se trata

CONDENAÇÃO...

(Cont. da pág.2)

as forças democráticas e de paz de Portugal, nós lançamos um apelo às forças da Paz do Mundo inteiro para que alarguemos a nossa luta generosa, para que multipliquemos os nossos esforços e reforçemos a nossa unidade, tendo em vista os objectivos grandiosos da vossa grande Causa, a Causa pela qual milhões de homens e mulheres se oferecem em heroísmo, em sofrimento, em entusiasmo, em esperança e numa confiança inquebrantável na vitória.

Nas condições do fascismo, nós portugueses que reivindicamos o glorioso título de patriotas, nós assumimos inteiramente a nossa parte de responsabilidade no grande combate pela liberdade dos povos, pela democracia, pela paz."

de um documento interno, contém no diálogo, da nossa parte, argumentos que pouco se distinguem de uma polémica. Em outros termos: os nossos delegados na Comissão Económica Luso-Brasileira tiveram a obrigação de argumentar, em termos realistas, mesmo cruéis mas unicamente argumentos irresponsáveis e irresistíveis deveriam ter levado o nosso Ministério das Relações Exteriores a dar divulgação ao documento. Esta conduta só teria sido aceitável se o nosso governo houvesse sido atacado por não fazer nada em prol de incremento do intercâmbio entre os dois países."

(in "O Estado de S. Paulo", editorial económico, 28 de Agosto de 1969)

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
R. DE JANEIRO: Praça Floriano, 19 - 1.º - Tel.: 22-5686

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva
— Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murici, 712
LONDINA: Jumo Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin - 10 Fentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Mercedes Guerreiro — 107, rue Valaanderenstraat — Valaanderenstraat — Vilveede — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat — 13 Amsterdam — C.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 357 1/2 College St Box 153 Station B — Toronto 2 B — Ontário
A. dos Santos
7405 d'Outremont Ave. — Apt. 3
Montreal 303, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa de Uruguay Casilla de Correo n.º 2128 — Distrito 5 Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Rebelo - Postovni Urad/Jindrišká UL. C. 14 Schránka 646 — Praha 1 — Tchecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" - 2, Place François Villon — Escalier E — La Courveneuve — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Libero Badaró n.º 488 — 5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933
Caixa Postal, 6248
Composto na
Editora ESCRITOS Limitada
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NCr\$ 0,30
Assinatura anual ... NCr\$ 5,00

Ano XIV — N. 143 — Setembro de 1969

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCENDIO

SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

EM ARGEL

5 MILITARES PORTUGUESES
LIBERTADOS PELO P. A. I. G. C.

ARGEL (Do correspondente) — Realizou-se nesta capital um acontecimento de grande projeção. Amílcar Cabral, secretário geral do PAIGC, concedeu entrevista coletiva à imprensa na sede das Relações Exteriores do Partido da Revolução Argelina, FLN, para apresentar à imprensa internacional cinco militares portugueses que desertaram da guerra colonial na Guiné e se encontram em Argel sob a responsabilidade da FPLN. Estiveram presentes representantes da imprensa argelina, correspondentes de jornais franceses, Italianos, alemães, ingleses, americanos etc. representantes da imprensa dos países socialistas, assim como de todas as agências notícias acreditadas em Argel.

Presentes, também, os representantes do MPLA, do PAIGC, e da FRELIMO sendo de destacar a presença de Marcelino dos Santos, membro do Conselho da Presidência da FRELIMO, e Presidente da CONCP.

A FPLN fez-se representar pelos membros da JRP, Pedro Soares, Fernando Pitteira Santos e Manuel Alegre.

Abriu a Conferência o Capitão Si Djeloul, responsável das relações exteriores do FLN, que estava ladeado pelo Presidente do Croissant Rouge Argelino, por Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Pedro Soares.

O Capitão Si Djeloul reafirmou o apoio e a solidariedade activa do seu governo e do Povo da Argélia aos Movimentos de Libertação.

A seguir, tomou a palavra Amílcar Cabral que saudou os representantes da imprensa e todos os presentes, dirigindo uma saudação especial aos dirigentes da FPLN e aos desertores, que, seguindo ele, eram ali os verdadeiros representantes do Povo Português.

Amílcar Cabral referiu-se em seguida à importância da conquista do espaço sublinhando no entanto o paradoxo deste tempo em que o homem toca a lua com as mãos continuando com os pés metidos na lama da terra.

Amílcar Cabral falou depois sobre os progressos da luta de libertação do Povo da Guiné, sob a direção do PAIGC e desmascarou as manobras do governo de Marcelino dos Santos para tentar esconder a verdadeira situação existente na Guiné.

Amílcar Cabral sublinhou o facto do PAIGC dispôr agora de meios mais poderosos e eficazes e afirmou que os combatentes do seu Partido irão intensificar os ataques contra os aquartelamentos do Exército Colonial.

Conscientes de que não poderão ganhar a guerra no terreno de batalha, os colonialistas portugueses recorrem a manobras que se destinam a enganar a opinião pública portuguesa, mas nas quais já ninguém acredita.

O secretário Geral do PAIGC salientou a importância da crescente contestação da guerra colonial pela juventude portuguesa e saudou em especial os estudantes de Coimbra pela grande batalha que travaram.

Amílcar Cabral disse que tendo conhecido e participado até, quando estava no nosso país, outros combates contra o fascismo, não tinha conhecimento dum mo-

vimento tão vigoroso tão consequente e corajoso como aquele que se desenvolve actualmente em Portugal. Amílcar Cabral lançou um apelo aos jornalistas para que esclareçam a opinião pública dos seus países e para que façam um esforço no sentido de convencerem os governos da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos e da RFA a cessarem toda a ajuda que se destina a ser utilizada pelo governo português na guerra colonial, porque essa guerra — disse o Secretário Geral do PAIGC é um crime monstruoso, é uma tentativa de genocídio contra os povos africanos.

Aqueles que ajudam o governo português a prosseguir esta guerra não podem ser considerados como amigos da África — declarou Amílcar Cabral.

O Secretário Geral do PAIGC apresentou seguidamente os 5 militares portugueses que desertaram do Exército colonialista na Guiné Saudou-os pela sua coragem e afirmou que, ao recusarem-se a continuar a fazer uma guerra criminosa, eles tinham servido os interesses de Portugal e honrado o Povo Português.

Amílcar Cabral disse ainda que a presença dos desertores era a prova dos sentimentos humanitários do PAIGC, era a prova de que o Povo da Guiné não luta contra o Povo Português. Amílcar Cabral saudou uma vez mais os membros da direção da FPLN, Pedro Soares, Pitteira Santos e Manuel Alegre e disse que o seu Partido não confunde nem nunca confundirá o Povo de Portugal, que considera um Povo irmão, e amigo com o colonialismo português, inimigo comum dos nossos povos.

Seguiu-se a distribuição à imprensa das declarações dos militares desertores, Furriel Paraquedista Bartolomeu Lourenço dos 1.ºs. Cabos Vilhena, Manuel Fernando Almeida Matos, Manuel Verissimo Vizeu, Antonio Augusto da Silva Ramos e do soldado Almerindo Alves Pereira.

Amílcar Cabral e os próprios desertores responderam então as perguntas dos jornalistas presentes.

Pedro Soares, em representação da FPLN, saudou os presentes, em especial Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, saudou igualmente as autoridades argelinas pelo seu apoio aos movimentos de libertação e à FPLN e reafirmou a solidariedade dos democratas e do Povo de Portugal para com os movimentos de libertação das colónias portuguesas.

Salientou alguns dos aspectos principais da luta do Povo Português contra a guerra colonial e disse que os democratas portugueses saberão cumprir com honra o seu dever.

Os nossos compatriotas que desertaram do Exército colonial assinaram então perante os jornalistas presentes, as suas declarações, que foram entregues em seguida por Manuel Alegre ao Presidente do Crescente Vermelho Argelino, que se comprometeu a entregá-las a Cruz Vermelha Internacional.

E assim terminou esta Conferência de Imprensa, realizada em Argel, na sede das Relações Exteriores do FLN e que constituiu um acto da maior importância para

o desmascaramento da política fascista e colonialista do governo de Marcelo Caetano.

As declarações daqueles cinco jovens que tiveram a coragem de dizer não à guerra, vão correr mundo. Eles são uma acusação implacável a esse crime monstruoso que é a guerra colonial.

Mas elas mostrarão também que é cada vez maior o número de jovens portugueses que se recusa a praticar crimes contra os povos africanos e a participar numa guerra que sendo feita em nome de Portugal, não defende Portugal — ataca Portugal.

REMETA

ESTE NÚMERO PARA

PORTUGAL

PAIGC
actualités

la vie et la lutte en guinée et cap vert

La présence vigilante de ce combattant de notre Parti sur les décombres de ce qui était le camp militaire portugais de Sanconha,

est le témoignage vivant de la souveraineté de notre peuple qui progressivement se libère de l'odieuse domination coloniale portugaise.

Régiment d'Artillerie Lourde (RAP) n.º 2
Compagnie d'Artillerie (CART) n.º 640.



A GUERRA QUE CAETANO NEGA

Um combatente do P.A.I.G.C. de guarda junto às ruínas do quartel português de Sanconha, destruído e tomado pelos patriotas guineenses. No muro desmantelado vêem-se ainda as insígnias do Regimento de Artilharia Pesada n.º 2 e da Companhia de Artilharia n.º 640. É a guerra que o farsante Caetano diz não existir!

Reciprocidade na Previdência

"Portugal Democrático" tem insistentemente denunciado nas suas colunas o desinteresse, vale dizer a indiferença do governo fascista pelos problemas que mais diretamente afectam a grande massa dos imigrantes portugueses no Brasil. O sr. Marcelo Caetano vem seguindo, nesse como noutros terrenos, as pisadas do seu antecessor. Prefere falar na "defesa" do Atlântico Sul e sugerir trocas económicas mirabolantes a descer à terra e ocupar-se das questões que preocupam realmente a grande massa da colónia. Em nenhum dos discursos grandiloquentes que proferiu durante a sua recente visita ao Brasil dedicou uma só referência àquele que é talvez o problema que hoje mais preocupa os trabalhadores no Brasil: a desejada reciprocidade dos benefícios da Previdência. Aquilo que a Espanha conseguiu há muito, aquilo que a Alemanha já obteve e que a Itália está prestes a alcançar, isto é a assinatura de um acordo relativo à concessão mútua das vantagens da Previdência, não mereceu em julho a atenção do sucessor de Salazar.

Segundo informação divulgada no Rio por parte do ministro do Trabalho, o problema tão descurado pelos governantes portugueses vai agora ser finalmente tratado e tudo parece indicar que o facto se deve mais à boa vontade das autoridades brasileiras do que propriamente à iniciativa do sr. Caetano e dos seus ministros. Sabe-se já que o ministro do Trabalho do Brasil irá a Lisboa no dia 23 do corrente mês de Setembro, a fim de assinar na capital portuguesa um acordo semelhante ao já firmado com a Espanha.

O noticiário dos jornais é bastante lacónico e não permite formar uma ideia das bases do futuro acordo. Entretanto,

o simples facto da imprensa acentuar que, no momento, os principais beneficiários do Acordo serão os funcionários da extinta Panair é de molde a gerar o temor de que o texto não corresponda às grandes esperanças depositadas na iniciativa. Efetivamente, o Acordo assinado com a Espanha estabelece que o trabalhador espanhol ou brasileiro que se deslocar de um país para outro conservará todos os direitos adquiridos na nação de origem ao abrigo da respectiva legislação trabalhista. Cabe salientar que de todos esses direitos o mais importante é o relacionado com a contagem do tempo para a reforma. Para dezenas de milhares de portugueses que durante anos descontaram em Portugal verbas importantes para as caixas de reformas instituídas pela legislação corporativa, o novo Acordo pode vir a representar a certeza de um futuro tranquilo. Mas pode, também, digamo-lo sem rodeios, ser uma grande decepção. É preciso não esquecer que a legislação do trabalho portuguesa é uma das mais retrógradas do mundo. Basta lembrar a insignificância do teto que a caracteriza. Enquanto no Brasil o teto para a aposentadoria é de 80% de 10 salários mínimos, o que equivale a cerca de 8.250 escudos, em Portugal, nem os trabalhadores melhor remunerados têm direito, pelas Caixas de Reformas, a metade dessa quantia. Daí a ansiedade com que a laboriosa colónia portuguesa — sempre tão desprezada pela Embaixada e pelos Consulados fascistas — aguarda a divulgação do anunciado Acordo. Reconhecemos que o Brasil, na emergência, tem muito a dar e pouquíssimo a receber. Maior será assim a gratidão dos portugueses radicados neste grande país se as dificuldades ine-

rentes à desigualdade do compromisso puderem ser vencidas graças à tradicional compreensão e generosidade brasileiras.

Pequenas Notícias

Num apêlo dirigido aos católicos portugueses, o cônego Yamara, instou-os, através da Voz da Liberdade, a fazerem pressão sobre o governo de Marcelo Caetano para que ponha termo à guerra colonial. ■ Em entrevista ao jornal "A Tarde", de Salvador, o dr. Antonio Ruas, médico brasileiro que visitou recentemente Moçambique, declarou que 40% dos habitantes daquela colónia estão atacados de esquistossomose, numa das mais altas incidências da moléstia em todo o mundo. Salientou que a mortalidade infantil em Moçambique é também das mais elevadas do mundo.

■ O semanário italiano "Resistenza" publicou uma série de artigos de Luca Bernardelli intitulada "Portugal depois de Salazar", em que o autor faz o balanço de 43 anos de fascismo, mostrando as desastrosas consequências da política de traição nacional do ditador agora continuada por Marcelo Caetano.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
Rua Libero Badaró, 488 — 5.º Sala 50
Endereços de Assinantes